



RESENHAS

RAMOS, Carlos Alberto. **Agricultura e Inflação: a abordagem estruturalista.** Rio de Janeiro, BNDES, 1986. 118p. (10º Prêmio BNDES de Economia).

Publicada sob a forma de livro, a dissertação de mestrado de Carlos Alberto Ramos, apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília, ganhou o 10º Prêmio BNDES de Economia, em 1986, concorrendo com outros 32 trabalhos, representando 16 centros de pós-graduação.

O objetivo principal de Ramos é o de formalizar, em termos matemáticos, através de equações macroeconômicas, a teoria estruturalista da inflação. Para tanto, repassa alguns diferentes enfoques: o monetarista, o keynesiano, o da "inflação da produtividade" e o modelo escandinavo (capítulo 2), de forma a montar um quadro de referência e comparação com a teoria estruturalista, que é desenvolvida no capítulo 3 e apresentada sob a forma de modelo no capítulo 4.

Ao longo da obra, o Autor não coloca a questão de estar ou não atualizada a proposta estruturalista para os dias de hoje, seja para o Brasil, seja para um outro país latino-americano qualquer, uma vez que ele próprio se interessa pela teoria "em sua forma mais abstrata". Por conta disso, as hipóteses "não refletem, necessariamente, a realidade de um determinado país". Para ele, os modelos representam (tão somente) um país subdesenvolvido "padrão" (p. 11). Nestes termos, basta que: a) o núcleo dinâmico da economia seja o processo de substituição de importações; b) esta estrutura econômica esteja integrada ao mercado internacional como exportadora de produtos primários; e c) a industrialização realize-se por firmas oligopolizadas, com rigidez de preços, dada pelo "mark-up", para que sua proposta possa ser desenvolvida.

Neste contexto, a agricultura participa do processo econômico como um setor de rígida conformação produtiva, cuja oferta é inelástica. Este, entre vários outros, é um ponto extremamente polêmico da teoria estruturalista. Se, por um lado, a agricultura padece de pouca sensibilidade aos estímulos de mercado, por outro, caracteriza o deslocamento do enfoque da inflação do circuito monetário para o circuito real da economia, mostrando que o processo inflacionário é endógeno à própria estrutura da economia, podendo assim ser estudado como um instrumento da acumulação e, também, como fator fundamental da distribuição de renda.

Um desdobramento quase imediato da concepção estruturalista é a reforma agrária, já que ela promoveria a ruptura das estruturas de imobilização do setor agrí-

cola frente às demandas do setor urbano-industrial, ainda que mantido o marco capitalista. Na medida em que o estruturalismo desloca o enfoque da inflação nos países subdesenvolvidos – submetidos no plano internacional a um modelo centro-periferia – da demanda para a oferta e da órbita monetária para a órbita real, sua vinculação à questão do desenvolvimento é muito mais orgânica, especialmente levando em conta o receituário monetarista imutável para o combate à inflação: controle da oferta monetária, liberação de preços e controle dos salários. Ou seja, a teoria estruturalista “denuncia” obstáculos estruturais no aparelho produtivo e, mais além, mostra que o reflexo de tal situação gera um conflito distributivo.

O capítulo 4, no qual o Autor desenvolve o modelo macroeconômico estruturalista, é o mais rico de todos, em termos de sugerir a formulação de políticas de desenvolvimento. Ele dá início ao exercício com um modelo de economia fechada, oferta agropecuária rígida e investimento restrito ao setor industrial para, passo a passo, flexibilizar as hipóteses iniciais de forma a atingir um modelo aberto, com investimento na agricultura e oferta elástica. De suas construções, ressalta-se que:

- a) quanto mais se privilegia o investimento industrial, em detrimento da agricultura, mantida sem condições de expansão, mais se mudam os preços relativos em favor da agricultura (dada a inelasticidade-preço de sua oferta) sem, entretanto, alterar sua face produtiva. Nestas condições, o “favorecimento” à agricultura provirá diretamente da massa de salários urbanos, com o que se estabelece uma relação inversa entre preços relativos e salários reais. Esta implicação, além de provocar processo inflacionário, deprimirá a acumulação no setor urbano. Alternativamente, se os assalariados dispõem de mecanismos de defesa de seu salário real (mecanismo de propagação, cf. Osvaldo Sunkel, 1958), fica aberta a possibilidade de se provocar hiperinflação (p. 85);
- b) caso parte do investimento seja destinado à agricultura, sua oferta – mesmo continuando insensível aos preços (p. 87) – se modificará em função do acréscimo de capital. Nestes termos, o crescimento industrial será rebaixado, vis-à-vis à situação em que detinha todo o investimento. Caso o investimento na agricultura seja suficiente para elevar sua oferta mais do que proporcionalmente à demanda urbano-industrial, o salário real do setor urbano será elevado, em consequência da queda nos preços relativos. Tal como coloca o Autor, a relação entre crescimento dos setores agrícola e industrial não se dá diretamente (concorrentes nos investimentos), mas através da massa de salários dos assalariados urbanos, pois a (in) elasticidade da oferta agrícola (reduzirá) aumentará os salários reais, provavelmente mantendo o consumo da cesta básica de produtos agrícolas e reduzindo o consumo de bens-salário da indústria de duráveis e não-duráveis (efeito substituição).

Mauro Márcio Oliveira

Assessor Parlamentar do Senado Federal